

INTRODUÇÃO

Em **Todo-o-Terreno - 4 anos de reflexões** retomo o título da coluna de opinião que assinei, quinzenalmente, na revista “*Courrier International*”, entre 2005 e 2007, e que constitui a principal fonte dos textos compilados neste livro. Nele incluo também artigos publicados nos matutinos “Diário de Notícias” e “Público”, nos semanários “Expresso”, e “Jornal de Leiria” e ainda nas publicações “Acção Socialista”, “Amnistia Internacional” e “Causa Nossa”.

O livro cobre quase todo o terreno, da actualidade nacional e internacional, sobre o qual fui escrevendo, desde que assumi o mandato de deputada ao Parlamento Europeu, em Julho de 2004. Baseei-me na observação pessoal, que tive a oportunidade de fazer em visitas ao terreno, em várias latitudes e longitudes, e nos contactos directos que pude estabelecer com actores principais de diversos conflitos, negociações e problemas por esse mundo fora.

A minha primeira missão como parlamentar europeia foi ao Sudão e ao Chade, logo em Agosto de 2004, por causa da tragédia no Darfur. O que vi, ouvi e aprendi, com o sofrimento dos refugiados e deslocados e com os operadores humanitários e decisores políticos implicados naquele terrível conflito, haveria de marcar toda a minha subsequente actuação no Parlamento Europeu, e não apenas como negociadora de todas as resoluções daí em diante aprovadas sobre o tema.

Os desafios que África suscita aos valores dos Direitos Humanos e aos princípios da Justiça e da governação democrática nunca mais cessaram de me interpelar e de me impelir à acção: a experiência pessoal mais exaltante, mas também mais dolorosa, vivia-a na Etiópia, em 2005, como chefe da “Missão de Observação Eleitoral da União Europeia”. O envol-

vimento em missões de observação eleitoral levou-me subsequentemente à República Democrática do Congo, a Timor-Leste e a Angola.

Dividi os textos em 14 capítulos, 13 dos quais dedicados aos temas internacionais: os que mais artigos contêm são os que dizem respeito às relações Europa-África, às relações transatlânticas, ao Iraque, à proliferação nuclear, incluindo os desafios colocados pelas ambições iranianas e pelo terrorismo internacional, a Guantánamo e à luta contra o terrorismo, e a Timor-Leste.

Muitos são temas que mobilizaram a opinião pública portuguesa e europeia, outros nem tanto, – e, no entanto, deveriam mobilizá-las. Por isso, sobre eles escrevi e a eles dediquei muito do meu trabalho no Parlamento Europeu, quer como ‘relatora-sombra’ do Partido Socialista Europeu, em numerosos relatórios elaborados por parlamentares de outros grupos políticos (Afeganistão, Código de Conduta europeu de exportação de armamento, espaço e segurança, luta contra o terrorismo, o pacote regulador do mercado europeu das indústrias de defesa, etc.), quer como relatora para alguns temas que eu própria propus que fossem estudados numa perspectiva inovadora e integrada: “Armas ligeiras e de pequeno calibre e o desenvolvimento sustentável”; “Mulheres na política internacional”; “Papel da União Europeia no Iraque”; e a “Política da China e o seu impacto em África”. As viagens que fiz ao terreno para recolher elementos para estes relatórios foram imprescindíveis para compreender as realidades a tratar.

O último capítulo do livro trata de opções portuguesas, centrado em temas de política Externa e de Defesa. No entanto, são também incluídos textos que escrevi sobre outros assuntos que marcaram a agenda nacional, como as energias renováveis, o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez e os transgénicos.

Não tenho a pretensão de apresentar uma reflexão académica, nem sequer de oferecer uma visão única, completa e coerente para os desafios e opções que se abrem à Europa ou a Portugal.

O fio condutor é, acima de tudo, a preocupação de poder contribuir para a construção de um mundo mais justo e seguro, ancorado no funcionamento do Estado de Direito no plano nacional e internacional, no multilateralismo eficaz e no progresso social, e em que a Europa, e Portugal, em particular, assumam papéis mais ambiciosos e determinantes.

Procurei fazer percepcionar uma abordagem eclética, integrada, de várias vertentes do relacionamento internacional que, frequentemente, não são articuladas entre si, nem na esfera das decisões políticas, nem ao nível das opiniões públicas, apesar do mundo globalizado e interdependente em que vivemos o exigir. Segurança e desenvolvimento, questões de género e defesa europeia, por exemplo, são temas raramente tratados no mesmo fôlego, mas que merecem ser considerados em interligação para gerarem políticas mais correctas, abrangentes e, sobretudo, mais eficazes. É preciso que os decisores políticos, e também os cidadãos europeus, compreendam que a Paz e a Segurança globais resultam tanto da capacidade da União Europeia de participar em missões de manutenção de paz, como de políticas de cooperação internacional e de governação democrática que ajudem os países menos desenvolvidos a sair do círculo vicioso de pobreza, conflito e subdesenvolvimento.

Muito do meu trabalho no Parlamento Europeu, - como membro da “Comissão de Relações Externas”, da “Comissão de Desenvolvimento” e da “Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade de Género”, como vice-presidente da “Subcomissão de Segurança e de Defesa”, e, sobretudo, como coordenadora do grupo socialista europeu para as questões da

Segurança e de Defesa –, consistiu, precisamente, num esforço de aproximação entre as diferentes abordagens de todas estas aéreas da intervenção política europeia, de forma a reduzir o fosso existente tanto entre os decisores políticos nos diversos planos e esferas de competência, como entre os principais actores envolvidos na aplicação no terreno.

Nesse sentido, procurei, nas minhas intervenções no Parlamento Europeu, e fora dele, fazer reconhecer que a construção de um verdadeiro mercado europeu de equipamento de defesa é tão vital para a Segurança europeia e transatlântica, como para o desenvolvimento sustentável em África, porque acabará por sustentar uma política europeia de Segurança e Defesa mais capaz de contribuir para a resolução de conflitos no continente vizinho, incluindo através da ajuda ao reforço das capacidades dos próprios africanos. Da mesma maneira, se o processo de integração europeia implicar a transformação do “Código de Conduta de Exportação de Armas” num instrumento juridicamente vinculativo, a União Europeia passará a ser um actor muito mais credível e coerente na área do desenvolvimento. Uma política de recrutamento nos Estados Membros que invista em atrair mulheres para as forças armadas, policiais e a diplomacia, e as mobilize depois para integrarem missões e negociações internacionais, representará uma contribuição decisiva para o sucesso de missões civis e militares de gestão de crises: do Aceh à República Democrática do Congo, dos Balcãs ao Darfur, a experiência mostra que são as mulheres quem, frequentemente, servem de ponte para a paz e a reconciliação se fizerem e consolidarem localmente.

Finalmente, procurei fazer ver que só uma actuação fiel aos valores e coerente, sem dois pesos e duas medidas, em matéria de Direitos Humanos e defesa do Direito Internacional, em tempo de paz ou de guerra, conferirá autoridade moral e política à Europa e aos seus Aliados, – em

particular os EUA –, para poderem exigir de outros países o cumprimento das suas obrigações internacionais de respeito por esses mesmos valores e princípios; só assim, a Europa e os EUA poderão também ser eficazes na luta contra o terrorismo internacional, em vez de fazerem o jogo dos terroristas: por isso, me bati (e continuarei a bater) para que toda a verdade, principais responsabilidades e conivências sejam apuradas, deste e do outro lado do Atlântico, relativamente ao retrocesso civilizacional representado por Guantánamo, as prisões secretas e a subcontratação da tortura por parte da Administração Bush.

Todas as áreas de reflexão e intervenção, abordadas nestes textos, estão unidas por uma preocupação transversal: a defesa e promoção dos Direitos Humanos e do Direito Internacional como pedras basilares de qualquer empenhamento nacional e europeu na construção da Paz e da Segurança internacionais.

Ana Gomes

16 de Setembro de 2008